

Negociações avançam nesta semana e a categoria exige ganho real

Recusamos a contraproposta da empresa e cobramos uma resposta mais positiva às reivindicações

As comissões de negociações da Copasa e dos Sindicatos (SINDÁGUA, Senge e Saemg) voltaram a se encontrar na última sexta-feira, quando afirmamos à empresa que a contraproposta patronal apresentada anteriormente era inaceitável, pois não são atendidas reivindicações imprescindíveis da categoria, como ganho real, construção de um Plano de Cargos e Salários (PCS) através da participação de comissão paritária, além de outros pontos considerados vitais.

A categoria exige que as negociações caminhem para a definição de um ganho no reajuste dos salários, confirmando uma tendência dos acordos coletivos nas diversas categorias. Na Copasa, este ganho real justifica-se ainda mais com os indicadores de desempenho da empresa, onde houve um crescimento de sua receita operacional, crescimento de suas concessões de esgoto, somados aos excelentes resultados obtidos, chegando, inclusive a proposta aprovada pelo conselho de administração da empresa, que deliberaram por elevarem o lucro distribuído aos acionistas para 35% em 2009, e, neste ano, para 50%. Os trabalhadores, que são o instrumento preponderante para que a empresa atinja suas metas não podem ser penalizados com uma política diferenciada e que prejudica a expectativa de progressão profissional dentro da Copasa.

Outro aspecto é o piso salarial da empresa, que se encontra no menor patamar das empresas de saneamento do Brasil, além da falta de solução para um dos maiores dilemas vividos pelos trabalhadores são as distorções na regulamentação da GADVI. A empresa continua fazendo cobranças abusivas, julgamentos irregulares, pagamentos contrários ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Por decisão da diretoria plena do Sindicato, caso a empresa não corrija através do Acordo Coletivo as cobranças

abusivas e irregulares da GADVI de forma a ouvir a representação dos trabalhadores, o SINDÁGUA não terá alternativa a não ser ingressar com ação judicial. Os trabalhadores exigem também que a empresa garanta o auxílio doença, regulamentando um fundo que subsidie o benefício.

Apesar de considerarmos os avanços nas negociações, sobretudo com a postura da empresa de, logo de início, garantir a data-base da categoria, enumeramos para a comissão patronal alguns pontos cruciais que precisam de uma melhor resposta. Além do ganho real, que confirma uma tendência de todos os acordos coletivos, cobramos da empresa um reajuste pelo INPC dobrado para todos os benefícios, a regularização do pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade, a formação de um fundo para subsidiar o baixo risco para companheiros aposentados e subsídios odontológicos para todos os trabalhadores, reavaliação dos leituristas no plano de cargos e salários.

Os trabalhadores reivindicam ainda a reedição dos prêmios por tempo de casa. Hoje temos apenas o prêmio aos 25 anos. Os trabalhadores reivindicam a reedição dos prêmios aos 15, 30 e 35 anos de trabalho na empresa.

Outro ponto de extrema importância, a categoria cobra da empresa a definição das atividades em que não deve ser permitida a contratação de serviços terceirizados, sobretudo nas atividades consideradas fins da Copasa. A falta desta definição contraria TAC assinado pela empresa com o Ministério Público, provocando contratações irregulares em todo o Estado.

Nova reunião já está marcada para a próxima quinta-feira, dia 13, quando esperamos por uma contraproposta mais justa para apresentarmos aos trabalhadores em Assembléia Geral.

Dieese mostra ganho real

O Dieese divulgou em março o seu boletim de balanço das negociações coletivas de trabalho realizadas em todo o País no ano anterior. O Dieese pesquisou no ano passado acordos realizados por 692 categorias de trabalhadores. Cerca de 80% destes acordos, ou seja, 553 instrumentos coletivos firmados conquistaram ganho real nos salários e cerca de outros 88 (cerca de 13%) asseguraram a reposição da inflação pelo INPC, medida pelo IBGE.

A pesquisa da instituição comprova que os reajustes salariais foram pouco afetados pela crise econômica internacional deflagrada nos últimos meses de 2008. Além de garantirem bons resultados nas negociações salariais, os sindicatos se destacaram em exigir e apoiar iniciativas governamentais de caráter anticíclico como fator importante para a rápida recuperação da economia nacional, em grande parte respaldada pelo crescimento do consumo interno. Mesmo com o PIB (Produto Interno Bruto) apresentando variação negativa de - 0,2% - fruto do desaquecimento econômico do último trimestre de 2008 e dos primeiros meses de 2009 - a proporção de categorias com reajustes salariais no mínimo equivalentes ao INPC-IBGE atingiu 93%. Para 2010, as estimativas atuais apontam para um ano de crescimento econômico robusto e expansão do nível de emprego. Se ao longo dos demais meses as expectativas favoráveis que os indicadores econômicos vêm revelando se confirmarem, é razoável supor um ano ainda mais positivo para a negociação coletiva de salários.

VITÓRIA DOS TRABALHADORES NO PAGAMENTO DA PL DE 2008

COPASA JÁ ESTÁ CALCULANDO AS DIFERENÇAS DA PL

A categoria aprovou, o ACT 2008/2010 protocolou e a Justiça consagrou: a Participação nos Lucros de 2008 é linear!

A vitória dos trabalhadores na luta pelo pagamento linear da Participação nos Lucros (PL) está consagrada. O presidente da Copasa, Ricardo Augusto Simões, declarou na intranet que a empresa não vai recorrer da sentença do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), que manteve a decisão judicial estabelecendo a distribuição 100% linear da PL 2008. Isso significa que a AÇÃO JUDICIAL transitará em julgado, ou seja, não se muda mais o que foi decidido pela Justiça.

Para o presidente do SINDÁGUA, José Maria dos Santos, a conquista deve ser celebrada duplamente, pois, além de distribuir de forma igualitária e mais justa os lucros da empresa, deixa claro que o Acordo Coletivo de Trabalho

(ACT) é para ser cumprido e não interpretado de maneira equivocada pelos patrões. "A decisão da categoria é soberana e deve ser respeitada. O Acordo é a representação dos direitos do conjunto dos trabalhadores da empresa e tem o peso de uma lei, deve ser valorizado pelo trabalhador e obedecido pelo patronato" ressaltou José Maria.

Cabe agora à empresa reparar os prejuízos causados aos trabalhadores pela decisão equivocada da gestão anterior, onde os trabalhadores programaram para receberem um valor e foram frustradas as suas expectativas. Agora, cabe a Copasa fazer os cálculos das diferenças apresentá-las ao Juiz da 11ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, para serem apreciados e após serem examinados pelo departamento jurídico do SINDÁGUA, e serem homologados pelo Juiz.

A seguir os

pagamentos serão realizados pela COPASA, através de folha de pagamento suplementar, conforme mencionado pelo Presidente da Empresa, em seu pronunciamento na TV COPASA. É importante, destacar que a tramitação do processo deverá levar aproximadamente uns 60 dias, contudo, os valores serão atualizados monetariamente.

A proposta para aqueles que receberam a mais é que o valor seja descontado nos próximos pagamentos da PL ou na rescisão contratual. O Sindicato vai buscar negociar com a alta direção da empresa, uma alternativa para garantir um percentual mínimo de desconto sobre o recebimento da PL, para que os trabalhadores não sejam prejudicados por uma falha da direção da empresa, onde não podem ser responsabilizados pelos erros praticados.